

Águas de Teresina
Saneamento SPE
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	9
Balanço patrimonial	13
Demonstração do resultado	14
Demonstração do resultado abrangente	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstração dos fluxos de caixa	17
Demonstração do valor adicionado	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Administração da Águas de Teresina Saneamento SPE S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e a correspondente demonstração financeira, referente aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Iniciamos as operações da subconcessionária Águas de Teresina em 07 de julho de 2017, atendendo aproximadamente 850 mil pessoas na zona urbana de Teresina. Conforme o contrato de subconcessão, que tem prazo até 2047, os desafios estão focados na universalização do fornecimento de água em até três anos, no desenvolvimento de uma planta de coleta, afastamento e tratamento de 90% do esgoto produzido em até 16 anos e a redução para perdas totais de distribuição de água tratada para 25% em até 10 anos.

No início das operações nos aproximávamos do aqui conhecido por B-R-O Bró – época do ano entre os meses de setembro e dezembro, quando a temperatura continuamente chega aos 40°C e raramente baixa dos 30°C, mesmo nas madrugadas. Durante este período, era recorrente a intermitência no fornecimento a água, quando não a ausência deste serviço, impactando a vida de todos.

Buscando minimizar os impactos da falta de água na vida da população, a Diretoria Executiva desenvolveu um conjunto de ações estratégicas e táticas que foram implementadas nestes primeiros cinco meses da operação. Criamos um plano emergencial de 180 dias que contemplava inicialmente 14 áreas e antecipamos obras importantes, ampliando para 31 as localidades beneficiadas e favorecendo mais de 360 mil pessoas diretamente.

As adequações nas Estações de Tratamento de Água (ETAs) possibilitaram um incremento de 20 milhões de litros de água a mais, por dia, sendo este apenas o começo de uma série de ações que compunham o planejamento para atender prioritariamente comunidades com histórico crítico de abastecimento.

Com a ampliação da produção de água, encontramos cenário favorável para implantar, na zona Sudeste da cidade, um booster, revitalizar e colocar em pleno funcionamento a Estação de Tratamento de Água Codipi (ETA-Codipi), bem como o booster do Residencial Jacinta Andrade, além de reativar poços, interligar redes e readequar reservatórios.

Medidas estabilizadoras do sistema, de monitoria, também foram priorizadas, como a implantação do Centro de Controle Operacional (CCO) e aquisições estratégicas de equipamentos sobressalentes. Também implementamos programas de manutenção preventiva e preditiva visando um ciclo eficiente para a vida útil dos equipamentos, o que já apresenta resultados positivos.

Outras frentes de ação necessitam destaque, neste momento de chegada.

Por meio de nossa equipe socioambiental, hoje parte da Gerência de Sustentabilidade, atuamos nas comunidades, através das lideranças comunitárias tendo encontros com associações de bairros,

reunindo mais de 200 lideranças. Com isto oferecemos um canal direto e inédito de comunicação com a empresa por meio de um de nosso projeto socioambiental Afluentes.

As comunidades e seus representantes assumiram o protagonismo da relação com a nossa companhia e são a voz cada vez mais clara e efetiva em todo nosso processo operacional. O eco e ressonância obtidos servem de relevante indicador para nossas ações diárias.

Destacamos também o trabalho da área de comunicação, que com visão holística, atuou-se em todas as possibilidades de canais entre a população e a Águas de Teresina, construindo um processo de comunicação estratégico, assertivo, flexível e pronto para responder aos diversos desafios do nosso cotidiano.

Adicionalmente, dedicamos energia diferenciada à formação da área Jurídica. Desta forma, estamos consolidando jurisprudência e construindo na comunidade do judiciário a visão precisa sobre nossas obrigações e calibrando com cuidado e objetividade o conjunto das expectativas e demandas da comunidade quando se utiliza do aparato legal para tanto.

Implementamos o jeito Aegea de operar suas concessões, que reflete experiências e práticas de demais concessões. A Gerência de Contrato, bem como a Gerência de Sustentabilidade, são o exemplo destas iniciativas.

Investimos aproximadamente R\$200 milhões, incluindo a outorga, que foi integralmente paga, com sete meses de adiantamento, como um registro inequívoco de nosso compromisso com Teresina, com o Piauí. Reforçando esse compromisso, os Lucros acumulados no ano de 2017 serão integralmente reinvestidos na concessão durante o ano de 2018.

No relacionamento direto com os consumidores, a empresa iniciou com uma média de 300 atendimentos por dia. Atualmente, são realizados 2.100 atendimentos diários. Os números incluem as demandas que chegam via call center, lojas de atendimento, Whatsapp e redes sociais.

Temos ainda uma série de desafios, sendo que algumas soluções exigem um nível de intervenção mais profundo, de estudo e planejamento que necessariamente demandam tempo e acontecerá dentro dos prazos planejados, se não com alguma antecedência.

Uma postura serena e séria é fundamental nesta conquista. Essa mesma confiança também é necessária no ambiente interno, com nossas equipes. Não podemos esquecer que de nosso contingente, mais de 95% do time é composto de profissionais que chegaram agora à nossa cultura, ao nosso jeito de operar, de trabalhar.

Estamos progressivamente mais aptos para os desafios existentes em nosso objetivo de tornar Teresina líder regional nos indicadores do saneamento e uma referência nacional. Tenho profundo orgulho de fazer parte da equipe da Águas de Teresina e estar compartilhando desta jornada. Mesmo em tão pouco tempo já temos registros objetivos de superação de sérios obstáculos e da entrega de resultado operacional positivo, tudo isto em apenas seis meses de vida.

Italo Joffily

Diretor- Presidente da Águas de Teresina

PERFIL DA COMPANHIA

A Águas de Teresina é a subconcessionária responsável pelos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto da zona urbana de Teresina, capital do Estado de Piauí. A população do município estimada pelo IBGE (2017) é de 850,2 mil habitantes.

O contrato de subconcessão foi firmado em 22 de março de 2017 e iniciou as operações no município em 07 de julho do mesmo ano. O objetivo da Companhia é universalizar o acesso à água tratada na capital do Piauí, reduzir o índice de perdas e implantar, em 16 anos, o sistema de esgotamento sanitário a 90% da população.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DESTAQUES FINANCEIROS

Teresina ('000)	2017
Receita operacional líquida ¹	93.100
Custos e despesas operacionais ²	(66.200)
EBITDA	26.900
Margem EBITDA	28,9%
Resultado financeiro	(4.319)
Lucro líquido	13.217

Receita Líquida

Considerando o período iniciado em 07 de julho de 2017, quando a concessionária iniciou suas operações, até 31 de dezembro de 2017 a receita operacional líquida¹ atingiu R\$93,1.

Economias³

A concessionária finalizou o ano de 2017 com 306,8 mil economias atendidas com água e 75,1 mil economias atendidas com esgoto.

Economias ativas	2017
Água	306.860
Esgoto	75.105
Total	381.965

¹ Exclui as receitas de construção (CPC 17).

² Exclui os custos de construção (CPC 17) e os efeitos de amortização.

³ Economia: – Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Ex: um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação (um hidrômetro) e 10 economias

Volume faturado

No ano de 2017, do início das operações da concessionária em julho de 2017 a dezembro de 2017, o volume faturado de água acumulado foi de 21,6 mil m³ e o volume faturado de esgoto foi de 4,8 mil m³.

Volume faturado ('000 m ³)	2017
Água	21.572
Esgoto	4.797
Total	26.369

Índice de Perdas

No ano de 2017, o índice de perdas de água (acumulado de desde o início das operações até dezembro) foi de 53,0%.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS¹

Custos e Despesas Operacionais ('000)	2017
Custos e despesas operacionais ¹	(66.200)
Amortização	(2.354)
Total	(68.554)

Os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização, foram de R\$66,2 milhões em 2017, com a seguinte composição:

Custos e Despesas ('000)	2017
Pessoal	(12.288)
Serviços de terceiros	(18.466)
Conservação e manutenção	(1.991)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.636)
Custo de concessão	(651)
Energia Elétrica	(13.039)
Produtos químicos	(3.842)
Viagens e estadias	(4.116)
Outros Custos	(10.171)
Subtotal	(66.200)
Amortização	(2.354)
Total	(68.554)

¹ Exclui os custos de construção (CPC-17) e os efeitos de amortização.

EBITDA

No acumulado de julho a dezembro de 2017, o EBITDA atingiu R\$26,9 milhões. A margem EBITDA foi de 28,9%.

EBITDA ('000)	2017
Lucro líquido	13.217
(+) Resultado financeiro	(4.319)
(+) Imposto sobre o lucro	(7.010)
(+) Amortização	(2.354)
EBITDA¹	26.900
Margem EBITDA	28,9%

LUCRO LÍQUIDO E DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o Lucro Líquido foi de R\$13,2 milhões. Deste montante (i) R\$0,7 milhões foram destinados para Reserva Legal, (ii) R\$3,1 milhões foram destinados como Dividendos propostos, (iii) R\$3,7 milhões como Lucros retidos e (iv) R\$5,7 milhões como Lucros acumulados. Cabe destacar que o montante de R\$5,7 milhões de Lucros acumulados será totalmente reinvestido na Companhia através de Aumento de Capital que será subsequente à publicação das Demonstrações Financeiras.

ENDIVIDAMENTO

Em dezembro de 2017, a dívida bruta de Águas de Teresina foi de R\$199,3 milhões e concessionária encerrou o ano com caixa de R\$2,2 milhões. A dívida líquida para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$197,1 milhões.

Do total da dívida bruta, 0,2% referem-se aos vencimentos no curto prazo e 99,8% são de dívidas com vencimento no longo prazo. A totalidade, ou seja, 100% da dívida de Águas de Teresina é indexada à CDI e o custo da dívida ficou em 9,2% a.a. e, em relação ao CDI, o custo da dívida foi de 138,5% do CDI em 2017.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a KPMG Auditores Independentes prestou os seguintes serviços:

Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e revisão limitada dos respectivos trimestres.

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em: (a)

¹ Exclui as receitas e custos de construção (CPC 17).

o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia contratou a KPMG Auditores Independente apenas para realização de serviços relacionados à auditoria externa, conforme descritos acima.

As informações no comentário de desempenho sobre o Volume de Água e Esgoto Faturado, Número de Economias de Água e Esgoto, Índice de Perdas na Distribuição, Margem EBITDA e aspectos quantitativos sobre o EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Agradecimentos

Finalizando, queremos agradecer nossos usuários e acionistas pela confiança, aos nossos financiadores e prestadores de serviços pelo apoio e aos nossos colaboradores pelo esforço e dedicação.

Composição da Diretoria

Ítalo Joffily Pereira da Costa Neto – Diretor presidente

José Ailton Rodrigues – Diretor executivo

Renato Médicis Maranhão Pimentel - Diretor

Contador

Jackson Luis da Silva Santos

CRC PR 034233/O



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.
Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 21 de fevereiro a 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 21 de fevereiro a 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Gastos com ativo intangível

Conforme notas explicativas nº 1 e 7, a Companhia assumiu compromissos relevantes vinculados ao contrato de concessão com o respectivo Poder Concedente que possui uma combinação entre expansão e manutenção das infraestruturas. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem do contrato de concessão com o Poder Concedente, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de sua concessão, os quais são classificados como ativo intangível. Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos qualificados como custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede e ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos poder impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chave relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil dos custos qualificados para capitalização no ativo intangível, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização. Com base em amostragem, para adições ocorridas durante o exercício, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos no ativo intangível e avaliamos a natureza desses investimentos. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência dos projetos em andamento para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre as suas políticas de capitalização e outras relacionadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos e as respectivas divulgações do ativo intangível no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 21 de fevereiro a 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2017	Passivos	Nota	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.212	Fornecedores e empreiteiros	8	17.739
Contas a receber de clientes	5	44.355	Debêntures	9	336
Estoques		458	Obrigações trabalhistas e sociais	10	2.120
Impostos a recuperar		35	Obrigações fiscais	11	2.190
Outros créditos		<u>1.135</u>	Imposto de renda e contribuição social	18	1.142
			Dividendos propostos	12	3.139
			Outras contas a pagar		<u>171</u>
Total do ativo circulante		<u>48.195</u>	Total do passivo circulante		<u>26.837</u>
Contas a receber de clientes	5	85	Debêntures	9	198.983
Ativo fiscal diferido	18	<u>1.203</u>	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	6	960
Total do realizável a longo prazo		<u>1.288</u>	Outras contas a pagar		<u>1.104</u>
Intangível	7	<u>192.809</u>	Total do passivo não circulante		<u>201.047</u>
Total do ativo não circulante		<u>194.097</u>	Patrimônio líquido	13	
			Capital social		4.330
			Reserva de lucros		4.329
			Lucros acumulados		<u>5.749</u>
			Patrimônio líquido		<u>14.408</u>
			Total do passivo		<u>227.884</u>
Total do ativo		<u>242.292</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>242.292</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.

Demonstração do resultado

Período de 21 fevereiro à 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017
Receita operacional líquida	14	122.610
Custos dos serviços prestados	15	<u>(70.406)</u>
Lucro bruto		<u>52.204</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	16	<u>(27.658)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>24.546</u>
Receitas financeiras	17	899
Despesas financeiras	17	<u>(5.218)</u>
Resultado financeiro		<u>(4.319)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>20.227</u>
Imposto de renda e contribuição social	18	<u>(7.010)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>13.217</u></u>
Lucro por ação		
Lucro por ação - Básico (em R\$)	23	<u><u>0,15</u></u>
Lucro por ação - Diluído (em R\$)	23	<u><u>0,15</u></u>
Quantidade média de ações		86.579.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período de 21 fevereiro à 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	2017
Lucro líquido do exercício	<u>13.217</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>13.217</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 21 fevereiro à 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Total do capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva Legal	Retenção de lucros		
Integralização de capital em 21 de fevereiro de 2017 (data da constituição)	1	-	1	-	-	-	1
Subscrição de capital em 21 de fevereiro de 2017	86.578	(86.578)	-	-	-	-	-
Integralização de capital em 21 de março de 2017	13 a. -	4.329	4.329	-	-	-	4.329
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.217	13.217
Destinações:							
Reserva legal	13 b. -	-	-	661	-	(661)	-
Dividendos mínimos propostos	13 d. -	-	-	-	-	(3.139)	(3.139)
Lucros retidos	13 c. -	-	-	-	3.668	(3.668)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>86.579</u>	<u>(82.249)</u>	<u>4.330</u>	<u>661</u>	<u>3.668</u>	<u>5.749</u>	<u>14.408</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 21 fevereiro à 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos	18	20.227
Ajustes para:		
Amortização	7, 15 e 16	2.354
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	9 e 17	2.928
Amortização do custo de captação	9	624
Juros sobre aplicações financeiras	17 e 24	(140)
Ajuste a valor presente de clientes	17	51
Provisão para bônus diretoria	6	1.104
		<hr/>
		27.148
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes		(44.491)
Estoques		(458)
Impostos a recuperar		(19)
Outros créditos		(1.134)
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros		17.739
Obrigações trabalhistas e sociais		2.120
Obrigações fiscais		2.190
Outras contas a pagar		171
Juros pagos	9	(1.760)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18	(7.063)
		<hr/>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais		(5.557)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	24	115
Aquisição de intangível	7	(194.797)
		<hr/>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(194.682)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital	13 a.	4.330
Empréstimos e debêntures captados	9	260.000
Custo na captação de debêntures	9	(2.839)
Empréstimos pagos	9	(60.000)
Conta corrente líquida - partes relacionadas		960
		<hr/>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		202.451
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		
		<hr/> <hr/>
		2.212
Caixa e equivalentes de caixa em 21 de fevereiro		-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	2.212
		<hr/>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		2.212
		<hr/> <hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.

Demonstração do valor adicionado

Período de 21 fevereiro à 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	2017
Receitas	132.100
Serviços	102.590
Receita de construção	29.510
Insumos adquiridos de terceiros	(82.287)
(Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	
Custo de construção	(29.510)
Custos dos serviços prestados	(32.504)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(20.273)
Valor adicionado bruto	49.813
Amortização	(2.354)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	47.459
Valor adicionado recebido em transferência	899
Receitas financeiras	899
Valor adicionado total a distribuir	48.358
Distribuição do valor adicionado	48.358
Pessoal	10.761
Remuneração direta	8.530
Benefícios	1.729
F.G.T.S	502
Impostos, taxas e contribuições	18.744
Impostos federais	18.055
Impostos estaduais	34
Impostos municipais	655
Remuneração de capitais de terceiros	5.636
Juros	2.986
Aluguéis	2.650
Remuneração de capitais próprios	13.217
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	3.139
Lucros retidos	10.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas à demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de propósito específico, de capital fechado com sede em Teresina, Piauí. A Companhia foi constituída em 21 de fevereiro de 2017 de acordo com os termos do Edital de Concorrência pública nº 001/2016, e contrato firmado em 22 de março de 2017.

Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA) detentora do contrato de concessão, firma contrato de subconcessão com a Companhia, para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário outorgados na área urbana no município de Teresina, Piauí, pelo prazo de 30 anos.

O contrato prevê um total de investimento (valores históricos) para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da subconcessão no montante de R\$ 1.731.583, previstos na data da assinatura. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) ampliação da cobertura de água potável para 100% até 2020 e sua manutenção até o final da subconcessão; (ii) ampliação da cobertura de esgotamento sanitário para 40% até 2020, 63% em 2024, 80% até 2027 e atingir 90% em 2033 devendo manter esse índice até o final da subconcessão; (iii) reduzir os índices de perdas para 46% até 2020, 35% até 2024, 25% até 2027 mantendo o índice até o final da subconcessão.

A título de Contribuição Financeira ao Setor (“CFS”) devida ao Estado do Piauí referente ao direito de exploração da infraestrutura da concessão, outorga, conforme edital de concorrência pública nº 001/2016 e contrato de subconcessão assinado em 22 de março de 2017, no exercício de 2017 foi pago o montante de R\$ 161.600 referente ao valor de outorga ao município de Teresina - PI.

O processo licitatório nº 01/2016 da Subconcessão de Teresina possui processos judiciais em andamento os quais versam sobre o resultado da fase da proposta técnica da licitação, bem como a competência para julgamento dessas ações e foram classificados por nossos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível.

Na hipótese de ser decretada a anulação da Subconcessão vinculada aos processos judiciais em andamento, o poder concedente, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços subconcedidos, bem como indenizar todos os danos emergentes e os lucros cessantes, eis que a subconcessionária assinou o contrato de subconcessão partindo do pressuposto da sua legitimidade e validade.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias da demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 1 - reconhecimento e mensuração de provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 7 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 14 - reconhecimento de receita; e
- Nota explicativa nº 18 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de subconcessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de subconcessão que está baseada no IFRIC 12 e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e correlacionada ao IAS 11 e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) Serviços de abastecimento de água e esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

d. Estoques

Os estoques de material de consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

e. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados;

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “n”; e
- Intangível em andamento.

São custos diretamente atribuíveis a construção da infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados das debêntures.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são as que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Provisão de manutenção - Contratos de subconcessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de subconcessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da subconcessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da subconcessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2017 com relação a este assunto.

j. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas recebidos ou auferidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas de juros e encargos financeiros sobre debêntures, ajuste a valor presente, descontos concedidos e comissões bancárias. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo como base as diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas Leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

n. Contratos de subconcessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, caso fosse aplicável, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão (equivalente ao IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS), não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de subconcessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

o. Capitalização dos custos das debêntures

Os custos das debêntures atribuíveis ao contrato de subconcessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (equivalente ao IAS 23 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS).

p. Demonstração de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

q. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planejou adotar estas normas de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (“ <i>International Accounting Standards Board</i> ”), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Impactos esperados na adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

A Administração da Companhia realizou uma avaliação e identificou que a aplicação do CPC 48 / IFRS 9 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral, não geram efeitos relevantes sobre os saldos reportados. A aplicação da referida norma na Companhia não impacta o critério de mensuração atual.

(i) Classificação de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera tanto o modelo de negócios da entidade para o gerenciamento do ativo financeiro quanto as suas características dos fluxos de caixa contratuais.

A norma classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA);
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), eliminando as categorias propostas pelo CPC 38 / IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2017, não teriam um impacto na contabilização para 2018, desta forma continuaria como custo amortizado.

(ii) Classificação de passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 mantém grande parte dos requerimentos do CPC 38 / IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com o CPC 38 / IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangentes (ORA); e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros para 2018.

(iii) Redução no valor recuperável (Impairment)

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 pelo de “perdas de crédito esperadas”, o qual se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Sob a nova norma, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: perdas de crédito resultantes de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório. É aplicada se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: perdas de crédito resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. É aplicada se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório.

Entretanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. Uma Companhia pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

Dentro da abordagem de perda esperada, dois modelos são propostos, o primeiro, um modelo mais robusto e complexo, probabilístico, denominado modelo de 3 estágios, voltado precipuamente a instituições financeiras, segundo o qual a deterioração creditícia do emissor do ativo vai calibrando o montante das perdas esperadas, promovendo com isso um alisamento de resultado. E outro modelo mais simples, que utiliza expediente práticos para mensurar a perda esperada, por exemplo, especificar taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que a conta a receber de cliente está vencida, a qual optamos conforme permite o CPC 48 / IFRS 9.

Na avaliação da Companhia, que adotou a abordagem simplificada para mensurar a perda esperada, a aplicação dos requerimentos de perda por redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 a serem registrados e divulgados durante o exercício de 2018, resultará, em relação à perda por redução ao valor recuperável reconhecida de acordo com o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, uma redução no patrimônio líquido, na conta de lucros acumulados em torno de R\$ 1.300 e no contas a receber a redução em torno de R\$ 2.000, conforme orienta o respectivo normativo.

A Companhia não finalizou o teste de adequação dos seus sistemas e revisão de seus controles internos; e as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Impactos esperados na adoção do CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes:

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar quando uma receita deve ser reconhecida e mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Com base em nossa avaliação, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou de melhoria) usada para prestar um serviço público podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

A natureza da remuneração paga pelo concedente ao concessionário deve ser determinada de acordo com os termos do contrato, seja por operação e/ou construção. Essa remuneração pode corresponder aos seguintes direitos:

- **Prestação de Serviços**

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados e quando ocorre a prestação de mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

- **Serviços de construção ou de melhoria**

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no ativo intangível na medida que ocorre a transferência contínua dos riscos e benefícios significativos, medidos na proporção do estágio de conclusão do contrato e/ou na medida que os custos são incorridos, diretamente relacionados aos respectivos ativos formados.

Impactos esperados na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil:

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Administração da Companhia realizou uma avaliação e identificou que a aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral, não geram efeitos relevantes sobre os saldos reportados.

s. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2017
Caixa	1
Bancos conta movimento	2.211
	<hr/>
	2.212

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

5 Contas a receber de clientes

	2017
Faturamento de serviços de água e esgoto	34.241
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	10.199
	44.440
Circulante	44.355
Não circulante	85

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2017 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldos a vencer	<u>Saldos vencidos</u>	Total em 2017
		Até 180 dias	
Residencial	5.032	21.046	26.078
Comercial	431	3.377	3.808
Industrial	175	841	1.016
Setor público	220	2.268	2.488
Subtotal consumidores	5.858	27.532	33.390
Renegociações (i)	718	133	851
Total	6.576	27.665	34.241

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2017 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 51 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa de 4,84% a.a. Em 31 de dezembro de 2017, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 51 de ajuste a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito sobre o saldo de contas a receber corrente até 180 dias entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria, totalizou R\$ 2.230 registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

Em Reunião de Diretoria realizada em 15 de dezembro de 2017, foi aprovado a constituição de provisão para pagamento adicional de prêmio extraordinário aos diretores no montante de R\$ 1.104 a ser realizado a partir de 2019, relativo à performance da Companhia auferida no último exercício social, reconhecido na rubrica outras contas a pagar não circulante.

A Companhia não possui outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participação e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 100% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2017
Ativo não circulante	
Aquisições de ativo intangível no exercício	
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	5.281
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	1.101
	6.382
Passivo circulante	
Fornecedores partes relacionadas - (nota explicativa nº 8)	
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	2.232
Águas de Ariquemes Saneamento SPE Ltda. (a)	35
Águas Guariroba S.A (a)	8
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	167
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	20
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (a)	25
	2.487
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	960
	960
	3.447
	2017
Resultado do exercício	
Custos dos serviços prestados	
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	9
	9
Despesas de vendas, administrativas e gerais	
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	67
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	675
	742
	751

- (a) Refere-se a contratação de serviços de implementação e manutenção software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda., serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e as demais empresas refere-se a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (b) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante e referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem prazo de vencimento e/ou atualização monetária.
- (c) Os valores mantidos com partes relacionadas classificados no grupo de intangível são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. Os contratos de prestação de serviço de engenharia relacionados à contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário estão assim representados:

	Total Contratado	Saldo em 2016	Novos contratos	Movimento 2017		Saldo em 2017
				Subcontratações	Realizado	
Aegea Engenharia e Comércio Ltda.	38.682	-	38.682	(27.880)	(5.281)	5.521
	38.682	-	38.682	(27.880)	(5.281)	5.521

Os valores apresentados acima representam o valor global dos contratos de prestação de serviço de engenharia relacionadas à contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário e são reconhecidos contabilmente por meio de medição física e financeira, sendo os serviços prestados por terceiros e por partes relacionadas.

7 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração do sistema e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil	Taxa média anual	2017		
			Custo	(-) Amortização	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	30	3,3%	161.600	(2.251)	159.349
Instalações técnicas de saneamento	25	4,0%	904	(3)	901
Edificações de estações de tratamento	30	3,4%	2.795	(2)	2.793
Máquinas e equipamentos	de 03 a 20	14,6%	1.353	(16)	1.337
Outros componentes	de 03 a 15	13,4%	2.610	(79)	2.531
			169.262	(2.351)	166.911
Intangível em andamento					
Intangível em andamento			25.811	-	25.811
			25.811	-	25.811
Software					
Licença de uso de <i>software</i>	3	33,3%	90	(3)	87
			90	(3)	87
			195.163	(2.354)	192.809

b. Movimentação do custo

Ativo	2017		
	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de concessão	161.600 (i)	-	161.600
Instalações técnicas de saneamento	-	904	904
Edificações de estações de tratamento	-	2.795	2.795
Máquinas e equipamentos	1.353	-	1.353
Outros componentes	2.610	-	2.610
	165.563	3.699	169.262
Intangível em andamento			
Intangível em andamento	29.510	(3.699)	25.811
	29.510	(3.699)	25.811
Software			
Licença de uso de <i>software</i>	90	-	90
	90	-	90
	195.163	-	195.163

- (i) O saldo refere-se a outorga paga ao estado de Teresina - PI, conforme cláusula 10ª do Contrato de Concessão assinado em 22 de março de 2017, onde delibera ao escopo contratual da Concessionária, o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário do estado de Teresina.

c. Movimentação da amortização

Ativo	2017	
	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura		
Outorga / Contrato de concessão	(2.251)	(2.251)
Instalações técnicas de saneamento	(3)	(3)
Edificações de estações de tratamento	(2)	(2)
Máquinas e equipamentos	(16)	(16)
Outros componentes	(79)	(79)
	(2.351)	(2.351)
Software		
Licença de uso de <i>software</i>	(3)	(3)
	(3)	(3)
	(2.354)	(2.354)

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil, dos dois o menor.

Os juros sobre debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados R\$ 366 a uma taxa média de 8,56% a.a. e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável de bens com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2017.

8 Fornecedores e empreiteiros

	2017
Fornecedores de materiais e serviços	15.252
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 6)	2.487
	17.739

9 Debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor Contratado	Valor Captado	2017
Debêntures	CDI + 2,40% a.a.	novembro/19	200.000	200.000	199.319
					199.319
Circulante					336
Não circulante					198.983

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

	2017
2019	200.000
	200.000
Custo de captação (não circulante)	(1.017)
Total	198.983

Movimentação da dívida

Saldo de 21 de fevereiro de 2017	-
Captações	260.000
(-) Pagamentos do principal	(60.000)
(-) Pagamentos de juros	(1.760)
Provisão de juros	2.928
Juros capitalizados no intangível	366
(-) Custo de captação do exercício	(2.839)
Amortização de custo de captação do exercício	624
Saldo de 31 de dezembro de 2017	199.319

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 2.839. O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2017 totaliza o montante de R\$ 2.215, os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 19 de julho de 2017, a Companhia contratou linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário - CCB) no montante de R\$ 60.000 para fazer frente ao seu programa de investimentos (empréstimos ponte). O empréstimo foi totalmente liquidado no seu vencimento em 17 de outubro de 2017.

Em 06 de novembro de 2017, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 20.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em série única, da espécie com garantia real e garantias adicionais reais e fidejussórias, com valor nominal total de R\$ 200.000 para refinanciamento de dívida, pagamento de contribuição financeira ao setor, prevista do contrato de subconcessão para o programa de investimentos e capital de giro. Estas debêntures têm vencimento de principal em única parcela, em 06 de novembro de 2019. Os juros serão pagos semestralmente, nos dias 06 de maio e 06 de novembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento será efetuado em 06 de maio de 2018.

As garantias relacionadas a tais debêntures, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A.;
- Garantia de cessão fiduciária constituída no contrato, ao valor equivalente a 50% dos direitos creditórios da Companhia; e
- Penhor de 50% das ações da Companhia detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A.

A Companhia mantém em suas debêntures, garantias, restrições e *covenants*, usuais de mercado. Todas as cláusulas quantitativas e qualitativas, referentes as debêntures estão integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2017.

10 Obrigações trabalhistas e sociais

	2017
Salários e ordenados	2
Participação nos lucros	1.072
Provisão de férias	447
Encargos sociais	599
	<u>2.120</u>

11 Obrigações fiscais

	2017
PIS/COFINS sobre serviços de terceiros a recolher	325
PIS/COFINS a recolher	956
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	269
IRRF/INSS/ISS sobre serviços de terceiros a recolher	640
	<u>2.190</u>

12 Dividendos propostos

	2017
Dividendos propostos	
Aegea Saneamento e Participações S.A.	3.139
	3.139
	3.139

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração propôs dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 3.812 (nota explicativa nº 13).

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social integralizado é de R\$ 4.330 e está representado por 86.579.150 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim representadas:

	2017
Aegea Saneamento e Participações S.A.	100,00%
	100,00%
	100,00%

Em 21 de fevereiro de 2017 a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., integralizou R\$ 1 na Companhia e subscreveu R\$ 86.578 de capital social.

Em 21 de março de 2017, a acionista integralizou R\$ 4.329 em moeda corrente, totalizando um capital social integralizado de R\$ 4.330 representado por 4.329.958 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital.

c. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

d. Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2017 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	13.217
(-) Constituição da reserva legal	(661)
Lucro líquido ajustado	12.556
 Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	 3.139
 Dividendos distribuídos no exercício de 2017	
Dividendos distribuídos do resultado do exercício de 2017	3.139

A Administração da Companhia apresentará à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as contas do exercício, proposta para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 3.139 (nota explicativa nº 12).

e. Lucros acumulados

É constituído pelo resultado do período findo em 31 de dezembro de 2017 após as destinações da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios.

14 Receita operacional líquida

	2017
Receita de prestação de serviços	
Serviços de abastecimento de água	89.229
Outros serviços indiretos de água	733
Serviços de esgoto	13.829
Outros serviços indiretos de esgoto	13
Receitas de construção	29.510
Total receita bruta	<u>133.314</u>
Deduções da receita bruta	
(-) Cancelamentos	(1.214)
(-) Impostos sobre serviços	(9.490)
Total da receita operacional líquida	<u><u>122.610</u></u>

15 Custos dos serviços prestados por natureza

	2017
Pessoal	(4.941)
Conservação e manutenção	(1.727)
Serviços de terceiros	(11.665)
Materiais, equipamentos e veículos	(717)
Amortização	(2.308)
Créditos de PIS e COFINS sobre amortização	41
Custo da concessão	(651)
Custo de construção	(29.510)
Energia elétrica	(12.967)
Produtos químicos	(3.842)
Locação	(1.152)
Outros	(967)
	<u><u>(70.406)</u></u>

16 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	2017
Pessoal	(7.347)
Conservação e manutenção	(264)
Serviços de terceiros	(6.801)
Materiais, equipamentos e veículos	(919)
Amortização	(46)
Energia elétrica	(72)
Seguros	(43)
Viagens e estadias	(4.116)
Impostos, taxas e contribuições	(656)
Locação	(1.498)
Publicidade e propaganda	(4.584)
Outras	(1.312)
	<u>(27.658)</u>

17 Resultado financeiro

	2017
Rendimento de aplicações financeiras	140
Juros e multa recebidos ou auferidos	759
Receitas financeiras	<u>899</u>
Juros sobre debêntures	(2.928)
Juros sobre atraso em pagamentos	(58)
Despesas com IOF	(29)
Descontos concedidos	(486)
Despesas e comissões bancárias	(1.001)
Ajuste a valor presente de clientes	(51)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(42)
Outras despesas financeiras	(623)
Despesas financeiras	<u>(5.218)</u>
Resultado financeiro	<u>(4.319)</u>

18 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está apresentada como segue:

	2017
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	20.227
Alíquota fiscal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(6.877)</u>
Despesas indedutíveis	(514)
PAT e outros incentivos fiscais	360
Outras diferenças permanentes	21
Imposto de renda e contribuição social:	
Corrente	(8.213)
Diferido	1.203
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(7.010)</u>
Alíquota efetiva	<u>35%</u>
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2017
Total do imposto de renda e contribuição social apurado	(8.213)
Itens que não afetam o caixa (ver composição a seguir)	<u>1.150</u>
Total do imposto de renda e contribuição social pagos conforme demonstração do fluxo de caixa:	<u><u>(7.063)</u></u>
Transações que afetaram o imposto de renda e contribuição social, mas não envolveram caixa:	
Compensações referente a retenções na fonte	8
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<u>1.142</u>
	<u><u>1.150</u></u>

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Resultado	2017
Provisão para participação nos lucros	365	365
Ajuste a valor presente de clientes	17	17
Outras provisões	1.698	1.698
Ativo fiscal diferido	<u>2.080</u>	<u>2.080</u>
Juros capitalizados no intangível	(124)	(124)
Custo de captação de debêntures	(753)	(753)
Passivo fiscal diferido	<u>(877)</u>	<u>(877)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u><u>1.203</u></u>	<u><u>1.203</u></u>

19 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de taxa de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2017
Caixa e equivalentes de caixa	2.212
Contas a receber de clientes	44.440
	<hr/>
	46.652
	<hr/>

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2017:

		2017					
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Debêntures	199.319	214.678	-	214.678	-	-	-
Fornecedores e empreiteiros	17.739	17.739	17.739	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	960	960	-	-	-	-	960
Dividendos propostos	3.812	3.812	3.812	-	-	-	-
Outras contas a pagar	1.275	1.275	171	1.104	-	-	-
	<u>223.105</u>	<u>238.464</u>	<u>21.722</u>	<u>215.782</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>960</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas debêntures.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2017
Instrumentos de taxa variável	
<i>Passivos financeiros</i>	
Debêntures	199.319

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2017	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Passivos financeiros								
		Variação do CDI						
Debêntures	(199.319)		6,89%	(13.733)	(17.166)	(20.600)	(10.300)	(6.867)

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2017
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.212	-	2.212
Contas a receber de clientes	5	44.440	-	44.440
Total		<u>46.652</u>	<u>-</u>	<u>46.652</u>
Passivos				
Fornecedores e empreiteiros	8	-	17.739	17.739
Debêntures	9	-	199.319	199.319
Dividendos propostos	12	-	3.812	3.812
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	6	-	960	960
Outras contas a pagar		-	1.275	1.275
Total		<u>-</u>	<u>223.105</u>	<u>223.105</u>

Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2017.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo das debêntures é demonstrado abaixo:

	2017	
	Valor contábil	Valor justo
Passivos		
Debêntures	201.534	201.534
	<u>201.534</u>	<u>201.534</u>

Os valores justos das debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

A divulgação do valor justo das debêntures é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

20 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A companhia assumiu o compromisso da Águas e Esgoto de Piauí S.A. - AGESPISA do repasse de 3% do lucro líquido ao Município. Também há o compromisso mensal de pagamento ao Agente Regulador referente à taxa de regulação, que corresponde a 1,1% da receita bruta.

Também há o compromisso do capital social no montante de R\$ 86.579, sendo constituído até a assinatura do contrato de subconcessão o montante de R\$ 4.329. Contados 12 meses integralizar R\$ 12.987 e até 120 meses R\$ 69.263, todos contados a partir do início da concessão.

21 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais Leis e regulamentos em vigor.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 15.000 para danos materiais, R\$ 60.000 para responsabilidade civil e R\$ 34.632 para executante concessionário.

23 Lucro líquido por ação

Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação e o cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas conforme demonstrado abaixo:

	2017
Lucro básico por ação	
Lucro líquido da Companhia	13.217
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	86.579
Lucro básico por ação - R\$	0,15
	2017
Lucro diluído por ação	
Lucro líquido da Companhia	13.217
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	86.579
Lucro diluído por ação - R\$	0,15

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

24 Informações suplementares aos fluxos de caixa

Como complemento ao entendimento das transações ocorridas no grupo de aplicações financeiras na demonstração de fluxo de caixa, está demonstrada a seguir a movimentação das aplicações no exercício:

Movimentação das aplicações financeiras

Saldo de 21 de fevereiro de 2017	-
Aplicações	188.013
(-) Resgate de principal	(188.013)
(-) Resgate de juros	(86)
Incidência de IR	(25)
Incidência de IOF	(29)
Juros no exercício	140
Saldo de 31 de dezembro de 2017	-

* * *

Jackson Luis da Silva Santos
 Contador CRC PR 034233/O-7